

# Reforma do Imposto de Renda precisa estimular investimentos

» ROBSON BRAGA DE ANDRADE

Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

A reação contrária do setor produtivo, dos estados e dos municípios à reforma do Imposto de Renda confirma que é preciso aprofundar as discussões e rever a proposta em tramitação no Congresso Nacional. As mudanças na tributação da renda são necessárias para alinhar o sistema brasileiro às regras internacionais, promover os investimentos e a competitividade brasileira. No entanto, o Projeto de Lei nº 2337/2021, que trata do tema, eleva a tributação sobre os investimentos produtivos. A última versão do substitutivo ao texto mantém esse aumento e, consequentemente, representa mais um entrave ao crescimento da economia e à criação de empregos no país.

Para compensar as concessões feitas a alguns setores, a proposta eleva a tributação das empresas dos atuais 34% para até 40,4% em 2023, de acordo com cálculos da CNI. O aumento na carga total foi estimado com base nas alíquotas previstas no substitutivo para a cobrança do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os lucros e dividendos distribuídos aos sócios ou acionistas. Além disso, ao revogar o instituto do Juro sobre Capital Próprio (JCP), o substitutivo amplia a base de cálculo do Imposto de Renda que incide sobre o lucro real, desestimulando os investimentos com recursos dos sócios das empresas.

O texto também prevê a incidência, a partir de 2022, do IRRF na distribuição de lucros apurados até 2021, que foram ou serão tributados em 34%. Isso representaria uma punição aos empresários que, em vez de retirar lucros das empresas, decidiram reinvesti-los na atividade econômica. Aqueles que retiraram os ganhos pagarão 34% de IRPJ/CSLL. Os que optaram pelo reinvestimento pagarão 47,2%. Não há qualquer sentido econômico nessa penalidade. Um efeito colateral dessa medida equivocada será o estímulo ao endividamento das empresas.

Por isso, a direção atual do PL nº 2337/2021, que reduz as perspectivas de retorno dos investidores e mantém ou amplia tratamentos tributários favoráveis a alguns segmentos, deve ser reavaliada. Na visão da indústria, é preciso reduzir a alíquota conjunta do IRPJ e da CSLL dos 25,5% previstos no substitutivo para 20%, mesmo que essa redução seja feita em três anos. Nesse período, as taxas cairiam gradativamente de 26,5%, em 2022, para 24%, em 2023, e para 20%, em 2024.

É necessário, ainda, reduzir a alíquota do IRRF na distribuição de lucros e dividendos, dos 20% fixados no texto do relator, para 15%, que seria alcançada progressivamente em três anos, partindo de uma taxa de 7,5%, em



2022, passado por 10%, em 2023, até chegar a 15% em 2024. Também é importante garantir que a incidência do IRRF ocorra apenas sobre os lucros e dividendos apurados a partir de 1º de janeiro de 2022, e não em períodos anteriores, como estabelece o substitutivo.

A indústria defende, igualmente, a manutenção das deduções dos Juros sobre o Capital Próprio e o aperfeiçoamento do mecanismo para estimular as empresas a reinvestirem uma parcela maior do lucro. O JCP garante equilíbrio no tratamento tributário do financiamento das empresas via capital próprio ou via endividamento. Sua revogação, como faz o substitutivo, além de representar uma ampliação da base de cálculo do IRPJ/CSLL para empresas do Lucro Real, introduz um viés pró-divida no financiamento dos negócios.

Com esses ajustes, poderemos concluir a reforma do Imposto de Renda e concentrar esforços na próxima etapa, que é a reformu-

lação dos tributos sobre o consumo. A expectativa da indústria é que o governo federal, em articulação com estados e municípios, lidere o processo para a aprovação de uma reforma ampla na tributação do consumo, com a instituição de um sistema de IVA Dual, com um imposto federal e outro subnacional. Os estados apoiam essa mudança e estariam dispostos a financiar um fundo de desenvolvimento regional dentro do próprio IVA subnacional, portanto, sem aporte de recursos do governo federal.

Precisamos superar as divergências e construir consensos para a aprovação de uma reforma tributária, que simplifique e traga mais racionalidade ao complexo, ineficiente e caro sistema de arrecadação de impostos sobre o consumo do Brasil. Uma reforma abrangente é fundamental para a recuperação da economia, o aumento dos investimentos e a promoção do desenvolvimento econômico e social do país.

## Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Patriotismo sem ética

Caberá à história, no tempo próprio, repor, em seus devidos lugares, os muitos erros perpetrados por políticos, ministros e magistrados contra o ex-juiz Sergio Moro. A única questão é saber se isso ocorrerá, ou não, a tempo de corrigir os danos causados ao magistrado de Curitiba, por ter ousado enfrentar os mais poderosos grupos instalados nas mais altas esferas do Estado.

Em um país onde, tradicionalmente, as punições da Justiça são aplicadas em doses inversamente proporcionais ao status do acusado, não surpreende que aqueles que deveriam estar sob a camisa de força apertada de réus enverguem a fantasia de promotores e de impolutos republicanos. De fato, mesmo depois de “cancelado” e moído pela máquina perversa de um Estado dominado, de alto a baixo, a sombra do ex-juiz ainda amedronta e causa calafrios aos corruptos e malfeitores de todos os calibres, perturbando-lhes o sono noturno.

Para tanto, é preciso não apenas atalhar o caminho, mas conceber, de imediato, leis ilegítimas e extrajurídicas, de modo a vetar quaisquer possibilidades de que ele venha a reaparecer, como uma espécie de vingador instalado no mesmo Palácio do Planalto de onde se retirou, depois de sentir o mau cheiro exalado naquele lugar.

O temor daqueles que têm a ética pública, como antípoda, é de que a população, num rasgo de racionalidade, sagre Moro nas urnas no ano que vem. De que outro modo, então, explicar o afinco com que os próceres da nova direita e da esquerda de sempre tecem, como centopeias, o que chamam, cingicamente, de novo projeto de reforma eleitoral.

Na verdade, de novo esse projeto só tem a astúcia e os mesmos maneirismos espertos, tecidos na surdina. O novo Código Eleitoral, em tramitação na Câmara dos Deputados, ao incluir, na undécima hora, dispositivo que cria uma quarentena de cinco anos para que juizes, militares e promotores possam concorrer às eleições, atende justamente aqueles que, por vingança e despeito, querem tirar o ex-juiz do páreo em 2022.

Para fugirem das interrogações que viriam, foi proposto até o instrumento maroto de regime de urgência, fugindo do escrutínio das comissões. Ficaria mais adequado e direto o tal projeto eliminar, logo de saída, toda possibilidade de candidatura de uma possível terceira via, que venha a ameaçar as pretensões de Bolsonaro e de Lula para o próximo ano. Experimentamos tempos estranhos e adversos, contrários ao bom senso e aos mais comezinhos conceitos de ética e de República. Fala-se muito em patriotismo, mas esquecem que essa é uma premissa que vem somente depois de respeitadas todas as exigências impostas pela ética.

Patriotismo sem ética refere-se apenas a um lugar onde podem amaciar, com segurança, os de sempre. Do mesmo modo, falar em retorno do lulopetismo, para salvar o país e suas estatais da sanha privatista, soa como escárnio e pesadelo.

O que acontece com o ex-juiz Sergio Moro ocorreu na Itália com o ex-juiz Antonio Di Pietro e com o ex-juiz espanhol Baltasar Garzón. Todos foram vítimas daqueles que deveriam estar condenados e presos, mas que, por um estranho fenômeno que parece pairar sobre todos nós de ascendência latina, dá aos poderosos e aos seus grupos o cetro da lei e aos operadores legítimos da Justiça, o opróbrio e a desfeita.

### » A frase que foi pronunciada

“A Suprema Corte decidiu que eles não podem ter um presépio em Washington DC. Isso não foi por motivos religiosos. Eles não conseguiram encontrar três homens sábios e uma virgem.”

Jay Leno

### Erramos

» Na coluna de ontem, ENE foi escrito Enem. Só o título estava certo. Nossas escusas aos leitores.

### Curiosidade

» Pergunta de uma leitora provoca curiosidade. Todos os parlamentares que compõem a CPI da Covid já foram vacinados?

### Insistência

» Amigo nos alerta sobre manifestação em frente à embaixada brasileira em Praga contra incêndios na Amazônia. Deve ter sido um fiasco, porque não ganhou uma linha nos jornais internacionais.

### Conectas

» Por falar nisso, a *Revista Internacional de Direitos Humanos* publicou um edital para escritoras negras e indígenas e paga R\$ 5 mil para textos sobre questões atuais como pandemia, direitos humanos e povos originários. Veja no *Blog do Ari Cunha*.

### Desvio de função

» Tem muita hipocrisia sobre a segregação de alunos com deficiência em salas de aula. É impossível uma professora em uma turma com mais de 30 crianças dar atenção necessária à criança especial. Nesse caso, a contratação de monitores é indispensável.

### » História de Brasília

Isto porque, se não for inaugurada logo, a *Novacap* construirá a definitiva, na área verde, entre a 108 e 508, e a primeira creche da cidade que entusiasmou o aluno passará para a história como sendo a única creche que não funcionou. (Publicada em 7/2/1962)

## Quando setembro chegar

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO

Consultor em estratégia

Agosto é o mês em que tivemos acontecimentos dramáticos na vida política brasileira. Suicídio de Getúlio, renúncia de Jânio Quadros, morte de JK, impeachment de Dilma Rousseff são alguns dos fatos marcantes que o tornaram conhecido como o mês do desgosto. Não à toa, o presidente Bolsonaro deve estar torcendo para que esses 31 dias cheguem logo ao fim. Derrota do voto impresso, investigado no inquérito das fake news e objeto de notícia-crime por vazamento de inquérito sigiloso, ambos no Supremo Tribunal Federal (STF), retomada dos trabalhos da CPI da pandemia, inflação fora de controle, altos preços dos combustíveis, reforma tributária parada, enfim, não faltaram más notícias para ele!

Apesar disso, não se deve criar a ilusão de que Bolsonaro seja carta fora do baralho no jogo político de 2022. Mesmo com todas as pesquisas indicando um significativo aumento na sua rejeição, é notável que ainda consiga manter algo em torno de 25% de aprovação, índice suficiente para colocá-lo no eventual segundo turno caso as eleições fossem hoje.

Por outro lado, ele tem consciência de que o cenário futuro de curto prazo não indica um caminho natural de recuperação. Ou seja, será preciso criar condições para estancar a sangria na popularidade e, para isso, só tem um caminho: recuperar o protagonismo da narrativa, pautando o debate nacional.

É nesse contexto que se inserem as iniciativas de lideranças bolsonaristas retomando os ataques ao STF, cujo ato mais simbólico foi o recente pedido de impeachment do minis-

tro Alexandre de Moraes encaminhado ao Senado Federal no último dia 20. Adicionalmente, resolveram convocar manifestações para o 7 de Setembro com uma pauta centrada na defesa do fechamento da Suprema Corte e na intervenção militar com Bolsonaro no governo. Desde então, a mídia, os partidos de oposição e as instituições da República têm se dedicado quase que exclusivamente a agir reativamente, caindo, mais uma vez, na armadilha!

Porém eles também perceberam que seu potencial de mobilização vem diminuindo. Basta ver as tais motocações promovidas pelo presidente que não conseguiram reunir volume significativo de participantes. Por isso mesmo mudaram a tática. No lugar de estimular as manifestações simultâneas em cidades nas diversas regiões do país, resolveram concentrar os esforços em dois locais emblemáticos: Avenida Paulista e Brasília.

E, para conseguir mostrar força, estão arrematando grupos se utilizando de instrumentos como o fretamento de ônibus nos estados, passando pela organização de grupos de militares e policiais da reserva e, como cereja do bolo, caravanas formadas pelos setores mais retrógrados do agronegócio (talvez fosse mais adequado chamar de “ogronegócio”).

Ao lado da manifestação em si, os conteúdos das convocações publicados nas redes sociais deixam claro outro objetivo, qual seja, criar um clima de medo e insegurança. E, infelizmente, tem conseguido relativo sucesso junto a muitos segmentos do campo democrático.

Como de hábito, independentemente do